



Universidade de Brasília

Instituto de Psicologia

Coordenação dos Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*

**Curso de Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos, no
Contexto da Diversidade Cultural - EEDH**

DÉBORA FREITAS DE FARIAS DA SILVA

**OS DIREITOS HUMANOS COMO FERRAMENTA DE INCLUSÃO DE
PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO CONTEXTO ESCOLAR: O
ESBOÇO DE PROPOSTAS CONSTRUÍDAS POR EDUCADORES**

Brasília – DF

2015

DÉBORA FREITAS DE FARIAS DA SILVA

**OS DIREITOS HUMANOS COMO FERRAMENTA DE INCLUSÃO DE
PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO CONTEXTO ESCOLAR: O
ESBOÇO DE PROPOSTAS CONSTRUÍDAS POR EDUCADORES**

Monografia apresentada à Coordenação dos Cursos de Pós Graduação *Lato Sensu* do Instituto de Psicologia como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Educação em e para os Direitos Humanos, no contexto da Diversidade Cultural.

Professor Orientador: Stela Teles

Brasília – DF

2015

DÉBORA FREITAS DE FARIAS DA SILVA

**OS DIREITOS HUMANOS COMO FERRAMENTA DE INCLUSÃO
DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO CONTEXTO ESCOLAR: O
ESBOÇO DE PROPOSTAS CONSTRUÍDAS POR EDUCADORES**

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de Conclusão do Curso de Administração da Universidade de Brasília do (a) aluno (a).

Débora Freitas de Farias da Silva

Stela Teles
Professor-Orientador

Maria Veralice Barroso
Professor-Examinador

Brasília, 14 de novembro de 2015.

Silva, Débora Freitas de Farias da.

Os Direitos Humanos como Ferramenta de Inclusão de Pessoas com Deficiência no Contexto Escolar: o esboço de propostas construídas por educadores / Débora Freitas de Farias da Silva.-Brasília, 2015.

35 f. : il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) - Universidade de Brasília, Instituto de Psicologia, 2015.

Orientadora: Prof. Stela Teles, Instituto de Psicologia.

1. Inclusão. 2. Pessoas com Deficiência 3. Ensino especial.

Dedico este trabalho às famílias com crianças com necessidades especiais, a estes estudantes e profissionais da educação que atuam de forma direta e indireta nesse segmento, que contribuem de forma otimista e esperançosa para uma educação de qualidade e incentivam a inclusão de todos na sociedade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo dom da vida e por me permitir vivenciar mais este momento esperado, na Universidade de Brasília.

Aos meus pais, pela criação e amor incondicional, que me fizeram ser o que sou hoje e por ser alicerce na busca de meus objetivos e realizações de conquistas.

Ao meu esposo por todo amor, paciência, carinho e apoio dedicados a mim e à nossa filha. À Mariana, que me ensina, a cada momento, a ser uma pessoa melhor e descobrir o amor de mãe.

Ao meu primo Danilo, por ter me avisado e inscrito neste curso.

À professora Cândida Beatriz, por ter me acompanhado no início dessa jornada.

À professora Stela Teles, pela paciência e orientações.

RESUMO

Utilizando como base o tema inclusão de alunos com necessidades especiais, o presente trabalho tem como principal objetivo descrever e analisar os desafios e problemas estruturais físicos e pedagógicos que necessitam de soluções para o eficaz atendimento em uma escola pública de ensino do DF aos alunos com necessidades especiais. Da mesma forma, analisar desafios que as famílias têm de superar para ter seus dependentes atendidos. Analisou-se o conceito de diversidade no contexto educacional, considerando os direitos humanos, o processo de inclusão de pessoas com deficiência na vida social, no Brasil, a inclusão da pessoa com deficiência no contexto escolar e como a Secretaria de Educação do Distrito Federal está organizada para receber alunos com necessidades especiais. A pesquisa foi realizada por meio de entrevista pessoal com quatro educadores de uma escola pública do Distrito Federal, com a finalidade de descrever a realidade daquela instituição no que diz respeito à inclusão e prática pedagógica. Após a coleta das informações, analisou-se as respostas, que foram separadas em categorias, de acordo com o que foi constatado de maior relevância, pelos entrevistados. Em sequência, foram sugeridas propostas de melhoria das situações observadas pelos educadores. As ações interventivas do presente estudo permitirão às pessoas responsáveis pelo ensino especial no DF, utilizar-se das categorias listadas, além de observar as lacunas existentes na prestação do serviço educacional, para melhorar a qualidade do mesmo, considerando a estrutura física das escolas, cursos de capacitação de formação profissional voltados ao ensino especial e melhor uso dos materiais destinados a este segmento.

Palavras-chave: 1. Inclusão. 2. Pessoas com Deficiência 3. Ensino especial.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Principais “lócus” de atendimentos ofertados pela Educação Especial	21
---	----

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	8
1.1 Problematização.....	8
1.2 Justificativa.....	9
1.3 Objetivo Geral.....	10
1.4 Objetivos Específicos.....	10
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	11
2.1 Conceitos de Diversidade no Contexto Educacional e Direitos Humanos .	11
2.2 Inclusão social.....	14
2.3 Inclusão da Pessoa com Deficiência no Contexto Escolar.....	17
2.4 A Inclusão nas Escolas do Distrito Federal.....	19
3 METODOLOGIA.....	20
4 AÇÕES INTERVENTIVAS.....	21
5. ANÁLISE E DISCUSSÃO DO PROCESSO DE INTERVENÇÃO.....	23
5.1 Direitos humanos e inclusão.....	27
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	30
8. APÊNDICES.....	33

1. INTRODUÇÃO

1.1 Problematização

O acesso de crianças com deficiência às escolas está aumentando. Entretanto, as instituições de ensino, bem como a execução de direitos versados em bases legais para promover o melhor acesso desses alunos não se adequam na mesma velocidade em que a procura por atendimento especializado aumenta. Pais e responsáveis, juntamente com os estudantes, são desafiados diariamente a garantir o direito à educação destes. Direito este, garantido por lei, mas não executado de forma eficiente.

A Constituição Federal de 1988 garante, em seu artigo 6º, o direito à educação a todos os brasileiros. Como um direito social e fundamental, a educação se configura como direito àqueles que fazem jus, responsabilidade do Estado, bem como da família e sociedade, situação também prevista no artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

As legislações supracitadas também amparam as pessoas com deficiência no acesso à educação. A CF/88, em seu artigo 227, parágrafo 1º, inciso II, versa a respeito da criação de programas de prevenção bem como atendimento especializado, além da integração social, facilidade de acesso aos bens e serviços comuns e eliminação de preconceitos relacionados aos portadores de deficiência física, sensorial ou mental. O ECA prevê ação de responsabilidade em razão do não oferecimento ou oferecimento inadequado de atendimento educacional especializado (artigo 208, inciso II).

A sociedade moderna está em mudança de paradigmas, que inclui a educação. As instituições de ensino, cheias de formalismos, grades curriculares, necessitam fluir de forma menos burocrática. Dessa forma, a inclusão se adequaria, resultando em um novo cenário educacional, de acordo com as mudanças vivenciadas. Os acontecimentos externos à escolas as afetarão em algum momento. E faz-se necessário estar preparada para quando isso acontecer. Caso contrário, ocorrerá a marginalização de diferenças e a ação

formadora da escola pode ser questionada (Programa Ética e Cidadania Ministério da Educação, 2007).

A quebra de paradigmas e adequação do espaço físico, bem como capacitação de servidores e conhecimentos passados a quem de direito precisa saber, são nuances do cenário educacional atual. Estes resultaram em um maior acesso de pessoas com deficiência à educação. Entretanto, a qualidade do serviço prestado ainda apresenta lacunas, que, quando sanadas, consolidarão a inclusão e a igualdade de oportunidades para esses estudantes e suas famílias (Programa Ética e Cidadania, Ministério da Educação, 2007).

1.2 Justificativa

O presente trabalho tem por pretensão descrever e identificar os desafios e problemas estruturais físicos e pedagógicos que necessitam de soluções para o eficaz atendimento da rede pública de ensino do DF aos alunos com necessidades especiais.

A demanda da educação inclusiva é uma crescente no contexto educacional do DF. Enquanto os alunos com necessidades especiais são aceitos nas escolas públicas, as mesmas não se adequam na mesma velocidade seja em competências profissionais ou adequações do espaço físico e pedagógicas.

Pretende-se, neste trabalho, por intermédio da análise e interpretação das opiniões de pais e professores, contribuir para a compreensão da importância de melhores condições estruturais e pedagógicas para a oferta de um ensino de qualidade à educação especial. Além disso, objetiva conscientizar comunidade escolar e sociedade de forma geral a respeito de como essas condições são relevantes para a formação educacional e cidadã dos estudantes.

Assim, este estudo justifica-se pela necessidade de avaliar as condições atuais de ensino e proporcionar sugestões e/ou propostas a respeito das atuais condições e o que pode ser melhorado.

1.3 Objetivo Geral

O presente estudo visa descrever e analisar os desafios e problemas estruturais físicos e pedagógicos que necessitam de soluções para o eficaz atendimento em uma escola pública de ensino do DF, aos alunos com necessidades especiais.

1.4 Objetivos Específicos

1. Descrever a realidade da diversidade e educação inclusiva em uma escola pública do DF;
2. Obter o esboço de uma proposta de adequação da escola às necessidades das crianças em questão;
3. Compreender a prática pedagógica dos professores de educação inclusiva.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nessa seção será apresentado o conceito de diversidade, abrangendo os direitos humanos, além da inclusão da pessoa com deficiência no contexto escolar e a inclusão nas escolas do Distrito Federal.

2.1 Conceitos de Diversidade no Contexto Educacional e Direitos Humanos

Entre a gama de significados e empregos da palavra diversidade, pode-se destacar a ideia de que o termo se refere como a variedade e convivência de ideias e pessoas diferentes em um mesmo espaço, onde a heterogeneidade está acima da homogeneidade (BARRETO; REIS, 2011). A diversidade tem ganhado espaço no cenário contemporâneo internacional. Para ser entendida, leva-se em consideração aspectos históricos, sociais, culturais e políticos das diferenças. Para Gerald e Roggero (2011), a diversidade é tema de interesse para o capitalismo atual, visando diversos mercados. Considerar a diversidade nos dias de hoje requer uma análise sob uma nova ótica, uma vez que as informações, conhecimentos, fluxo de pessoas, tecnologias alcançaram um novo patamar de fluxo pelo mundo. Da mesma sorte, os mercados, gerando desigualdades econômicas e disputas mais intensas pelo poder, ao redor do globo (GERALDES; ROGGERO, 2011). Ferreira (2006) ressalta que a história dos direitos humanos é vivenciada de forma desigual por grupos sociais e pessoas distintas. Seja negro, mulher, indígena, pessoas com deficiência entre outros. Estes lutam para conquistarem, na teoria e prática, direitos igualitários no convívio social.

A reflexão acerca dos direitos humanos é fortalecida pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, promulgada pela Organização das Nações Unidas (ONU). Este documento amplia o pensamento e fortalece o combate à discriminação. É um exemplo de política pública voltada aos grupos sociais menos favorecidos (BARRETO; REIS, 2011). De acordo com a Declaração, em seu artigo 1º, "todos os seres humanos nascem livres e iguais, em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade". O artigo 7º do mesmo documento destaca

que "todos são iguais perante a lei e, sem distinção, têm direito a igual proteção da lei". Dessa forma, é assegurado à todos, um tratamento baseado na ética e no respeito às diferenças, o qual tem a participação social pautada no pleno exercício da cidadania.

Após o fim da escravidão, muitas famílias não se inseriram diretamente no setor produtivo. Dessa forma, sobreviviam sem acesso às condições mínimas de uma vida decente, nas grandes cidades (KASSAR, 2012). De acordo com Ferreira (2006), apesar de a desigualdade social ser uma realidade, movimentos sociais já minimizaram ou eliminaram diversas barreiras para favorecer e promover os direitos humanos de grupos sociais marginalizados. A situação atual de marginalização é reflexo do contexto histórico nacional. O Estado ainda não é detentor de políticas promotoras de mudanças no que diz respeito à diversidade. Tais ações são, atualmente, políticas de governo conquistadas por meio da pressão histórica de grupos sociais (GOMES, 2012).

As constantes transformações sociais no mundo influenciam a educação brasileira atualmente. Seja em práticas pedagógicas ou a promoção de reformas político-educacionais. Com a ampliação do debate relacionado à diversidade, muitas propostas do governo tem o objetivo de promover e valorizar as diferenças (NASCIMENTO; DELMONDEZ, 2015). O Brasil é constituído pela diversidade de populações e suas histórias, mas de maneira discrepante. Aqui, avanços para minimizar a desigual distribuição de renda tem sido traçados para tentar encontrar soluções (GOMES, 2012). Percebe-se ainda esforços nacionais para seguir orientações internacionais no que concerne a diversidade (GERALDES; ROGGERO, 2011). Atualmente, observa-se o contraste entre as tentativas, no campo educacional, para a promoção da tolerância e do respeito à diversidade e o aumento da violência contra aqueles que são marginalizados aos padrões e normas culturais da sociedade em que vive (NASCIMENTO; DELMONDEZ, 2015). Ainda, a crise econômica e o crescimento das desigualdades alicerçam o debate do tema. Não somente essa temática ganha destaque no cenário da diversidade. Assuntos englobando gênero, sexualidade, religião, língua etc. também emergem e carecem de maiores discussões e ações eficazes (GOMES, 2012).

As desigualdades econômicas refletiram em posturas sociais e, conseqüentemente, na oferta da educação pública. A Constituição Federal de 1988 garante que a educação é direito de todos e “dever do Estado e da família”, sendo promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, com o objetivo do pleno desenvolvimento da pessoa, cidadã e profissional (GOMES, 2012). A educação, assim, precisa ser garantida de forma igualitária e justa. Os sujeitos de direito dessa educação são diversos em raça, credo, orientação sexual etc. Dessa forma, todo o contexto histórico que os englobam ainda reflete de modo desigual nos dias de hoje (GOMES, 2012). No campo educacional, essas políticas precisam preparar toda a estrutura existente para os novos públicos no que diz respeito a diversidade. Assim, é necessário identificar as demandas do âmbito educacional e verificar as adequações que precisam ser feitas no que considera a diversidade (GERALDES, 2011).

Alguns fatores podem interferir nas propostas de políticas públicas, como a mídia. Há o desafio de propor políticas educacionais como ferramenta enriquecedora para se trabalhar com a diversidade em meio a constrangimentos e preconceitos ainda existentes (GERALDES, 2011). As políticas educacionais, atualmente, propõem enfoques curriculares, alteram conteúdos programáticos e a formação contínua dos educadores. Percebe-se, entretanto, uma lacuna entre o discurso teórico e a sua prática, uma vez que visam a diversidade, mas atuam em um padrão homogêneo (GERALDES, 2011). Segundo Morin (2003 *apud* Geraldes, 2011), a estrutura educacional nos dias de hoje precisa atuar além do acúmulo de conhecimento. O foco no aluno tem a buscar desenvolver a criatividade, imaginação, iniciativa, a capacidade de raciocinar. Essa atuação concorre com a ampliação do acesso ao ensino, no Brasil. O número de matriculados e a duração da escolarização aumentaram. Juntas, visam a melhoria da qualidade do ensino oferecido. O público alvo desse novo cenário se estende até àqueles historicamente excluídos - os com necessidades especiais (KASSAR, 2012).

A marginalização emergente das mudanças de cenário, em âmbito nacional, também incluem as crianças com necessidades especiais, uma vez que seus pais, pertencentes às camadas pobres, não se encaixavam nos requisitos de convivência social, tais como boa higiene, bons modos, boa aparência

(KASSAR, 2012). A partir de então, a preocupação com a alfabetização desse grupo de pessoas, surge, conforme registro no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, de 1932:

Na hierarquia dos problemas nacionais, nenhum sobreleva em importância e gravidade ao da educação. Nem mesmo os de caráter econômico lhe podem disputar a primazia nos planos de reconstrução nacional. Pois, se a evolução orgânica do sistema cultural de um país depende de suas condições econômicas, é impossível desenvolver as forças econômicas ou de produção, sem o preparo intensivo das forças culturais e o desenvolvimento das aptidões à invenção e à iniciativa que são os fatores fundamentais do acréscimo de riqueza de uma sociedade. (Manifesto, 1932, p. 1)

A diversidade proveniente das diferenças de classes não é ferramenta para ter-se a noção de algo com qualidade socialmente útil. A educação, com a mudança de paradigma, se presta a atender interesses individuais baseada na ideia de a escola ser instrumento de vinculação social, mas mantendo o indivíduo fértil. A disciplina, solidariedade e cooperação ultrapassaria, então, o cenário de interesses de classes e atenderia a todas as demandas educacionais (MANIFESTO, 1932).

2.2 Inclusão social

A inclusão é um processo que permite à pessoas marginalizadas, em algum contexto, participar da vida social, econômica e política, garantindo respeito aos seus direitos no âmbito social, estatal e do Poder Público. Com o foco naqueles excluídos e marginalizados, a inclusão é uma ferramenta que busca atender as necessidades de todos os envolvidos nessa segregação histórico social, mais especialmente das crianças (BARRETO; REIS, 2011). De acordo com Nascimento e Delmondez (2015), a dita igualdade, nos dias de hoje, permitiu que ocorresse a exclusão de diversos grupos sociais e a negação de suas diferenças. A igualdade, então, pertenceu a certos indivíduos e promoveu a exclusão de grupos.

As desigualdades sociais, existentes no Brasil, são características marcantes. A consciência social e governamental para reverter esse cenário está aumentando. Tentar superar condições de injustiça social e desigualdade visam transformações positivas nesse contexto (UNESCO). Os recursos

econômicos nacionais não favorecem um atendimento de qualidade aos marginalizados. Esse cenário no Brasil valoriza precariamente essas pessoas, apesar das políticas de governo, quando voltadas para esse público alvo (MACIEL, 2000).

A inclusão de pessoas marginalizadas tem relação com as oportunidades dentro da sociedade, o que engloba condições financeiras determinantes de um padrão social. Nem todos possuem condições de manter esse padrão. Leis passaram a garantir condições mínimas de sobrevivência e inserção dessas pessoas (BARROS, 2015). Políticas públicas são ferramentas que efetivam a inclusão social, viabilizando e estabelecendo padrões de acesso em diversos ambientes ao mesmo passo que fomentam a formação continuada de profissionais envolvidos no processo de inclusão social, seja em escolas, empresas, serviços públicos (PACIEVITCH, 2015). O Brasil ainda precisa superar as marginalizações existentes em diversas áreas: educação, assistência social, saúde, emprego, distribuição de renda e entre vários públicos - pessoas com deficiência, homossexuais, negros etc.

Leis que protegem pessoas com deficiência são ferramentas utilizadas por vários países. A inclusão acontece gradualmente e a inserção dessas pessoas, asseguradas legalmente, as permite ter uma vida mais normal em uma sociedade mais compreensiva, justa e solidária. A partir de 1981, a Organização das Nações Unidas (ONU), lançou um decreto tornando aquele ano como o Ano Internacional das Pessoas Portadoras de Deficiência. Por conseguinte, acessos a espaços físicos foram melhorados e ampliados e a visão acerca dessas pessoas passou a ser de igualdade de direitos que os outros cidadãos.

A Declaração de Salamanca estabelece que:

- toda criança tem direito fundamental à educação e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem;
- toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas;
- sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades;

- aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer tais necessidades;
- escolas regulares, que possuam tal orientação inclusiva, constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias, criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas provê em uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 1)

A inclusão escolar, endossada pela Declaração de Salamanca, não resolve de forma integral a exclusão de pessoas com deficiência, uma vez que a exclusão ocorre antes da escolarização - desde que constatado algum tipo de deficiência (MACIEL, 2000). Esse cenário reforça a constante necessidade de investimentos em programas sociais e em políticas públicas que abracem os diversos segmentos marginalizados, garantindo, assim, a qualificação profissional de diversas pessoas e sua ascensão profissional e pessoalmente (PASSERINO e PEREIRA, 2014). A instituição de ensino, para a finalidade da inclusão, precisa estar de acordo com os parâmetros de ética, cidadania e democracia que alicerçam os debates inclusivos. A partir de então, a abertura para a diversidade das pessoas que interagem no âmbito educacional é uma consequência (MEC, 2007).

De acordo com Pacievitch (2015), o termo inclusão social, no contexto educacional, é utilizado para se referir à inserção de pessoas com algum tipo de deficiência às escolas de ensino regular. Uma escola, acolhedora de diferenças, colabora com a luta contra a exclusão social. A inclusão de pessoas com necessidades especiais no meio social, apesar de serem parte da sociedade, efetivou-se a partir da Declaração de Salamanca, em 1994, tendo base na Convenção dos Direitos da Criança, de 1988, e na Declaração sobre Educação para Todos, em 1990 (Pacievitch, 2015). A inclusão de pessoas com deficiência permite a elas tornar-se ativos participantes da vida social como um todo, exercendo seus direitos de cidadãos, no âmbito civil, político, econômico e social. Àqueles com deficiência, foram acrescentados valores e maior aceitação social. O mercado está em adaptação e já os contrata. Atualmente, já é comum encontrar anúncio em veículos de comunicação visando essas pessoas (BARROS, 2015). Ações de âmbito nacional e internacional buscam

um consenso para obter uma política de educação inclusiva, juntamente com o respeito ao ser humano e a sua dignidade, possibilitando maximizar o desenvolvimento e acesso de todos aos recursos existentes (MACIEL, 2000).

2.3 Inclusão da Pessoa com Deficiência no Contexto Escolar

Ferreira (2006), com base em relatórios internacionais, estima que 10% da população mundial é formada por pessoas com deficiência. A maioria destas vive em países economicamente pobres. Após a elaboração da Declaração de Salamanca, que considerou princípios, políticas e práticas na área das necessidades educacionais especiais, a inclusão no contexto educacional tem progredindo consideravelmente. A partir de então, conceitos de inclusão e educação inclusiva tem-se disseminado (BARRETO; REIS, 2011).

A mudança de cenário no sistema educacional requer também mudanças na formação de professores para estar em sintonia com a “nova” realidade. Receber a diversidade de indivíduos e ter profissionais preparados para tal é um dos grandes desafios atualmente (BARRETO; REIS, 2011). A inclusão no contexto educacional não se resume aos alunos com deficiência específica apenas, mas também, àqueles que possuem alguma dificuldade para aprender. Assim, a ideia de educação para todos se consolida e reflete grande avanço daqueles que adotaram essa perspectiva (BARRETO; REIS, 2011).

Aprovada em 1996, a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) fundamenta o direito de educação para todos nas escolas regulares de ensino. No artigo 59, encontra-se a garantia de ensino aos alunos com necessidades especiais, considerando currículos, métodos e recursos específicos para atender às necessidades. A referida lei compete ao poder público adotar medidas inclusivas para o sistema educacional brasileiro. A partir de então, os princípios básicos da educação pública ampliam seus horizontes, aumentando o debate no campo das reformas educacionais de forma mais humana e menos excludente (BARRETO e REIS, 2011).

De acordo com González e Castro (2015), o estudo do currículo torna-se necessário quando há aumento no processo de escolarização. A

reestruturação da educação é consequência da crescente demanda de alunos e demandas sociais por mão de obra qualificada. A dita “pedagogia da diversidade” está ganhando mais espaço no contexto escolar, especialmente a partir da última década. Essa ferramenta permite valorizar a inclusão dentro da pasta educacional bem como o exercício dos direitos humanos (BARRETO e REIS, 2011). As práticas pedagógicas, baseadas no currículo, tornam-se ferramentas educativas de caráter social e cultural. A lista de conteúdos existentes em um currículo permite ao professor construir um diálogo com todos seus alunos e assim, valorizar a individualidade de cada um (GONZÁLEZ e CASTRO, 2015).

A pauta de inclusão alicerça a formulação e prática de políticas públicas, permitindo a todos o desafio de entender a educação não somente como uma pasta que reconheça as diferenças, mas também, que se faça valer dos princípios dos direitos humanos (BARRETO e REIS, 2011). Respeitar as diferenças de cada pessoa é considerar a individualidade de cada um e valorizar suas competências, ou seja, a capacidade de utilizar recursos próprios - experiências e habilidades - para resolver questões cotidianas (BARRETO e REIS, 2011). Segundo Figueiredo *apud* Barreto e Reis (2011), a instituição educacional é produtora de igualdades, destacando a homogeneidade e excluindo os diferentes. Para o autor, as diferenças de cada um são inerentes de cada indivíduo, tornando-o singular. As dificuldades apresentadas pela criança, durante a sua escolarização, pode ser resultado de uma estrutura curricular engessada em padrões impessoais e generalistas. Para Barreto e Reis (2011), esse cenário dificulta o processo educacional quando este precisa ser voltado para diversidade e as formas de aprendizagem dentro desta.

Em relação às pessoas com deficiência, (González; Castro, 2015) afirmam que é necessário atentar-se aos diferentes modos com que o termo vem sendo tratado ao decorrer do tempo. A inclusão está fazendo com que profissionais de educação repensem suas práticas pedagógicas, uma vez que estes idealizam uma aprendizagem homogênea, uniforme em sala de aula. Ainda de acordo com os autores, esse cenário reflete a discrepância entre o currículo manifesto - que considera a inclusão e igualdade - e o currículo oculto, que

esconde ou disfarça os problemas vividos no cenário escolar. Mesmo com avanços em diversos aspectos na educação brasileira, a situação supracitada é uma realidade no país. A padronização na educação desconsidera as diferentes formas que o estudante se faz valer para aprender e os conhecimentos extraclasse que carrega consigo, exigindo habilidades que ainda não é capaz de adquirir (BARRETO; REIS, 2011).

2.4 A Inclusão nas Escolas do Distrito Federal

A educação nacional e todas as suas etapas e modalidades tem a educação especial como componente. Está visa a promoção do direito de todos à educação. O artigo 58 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN/1996 diz que a educação especial será preferencialmente oferecida na escola regular de ensino, preocupar-se-á em possibilitar ao estudante público dessa modalidade a convivência com os outros estudantes em um espaço que lhe ofereça melhor possibilidade de pleno desenvolvimento.

A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal propôs um currículo onde apresenta quatro linhas de atuação da educação em e para os direitos humanos:

- Educação para a promoção, defesa, garantia e resgate de direitos fundamentais;
- Educação para a diversidade;
- Educação para a sustentabilidade;
- Formação humana integral.

Esta última permite a ampliação de ações para a formação humana, não se restringindo à aspectos cognitivos. A sensibilização, percepção de diferenças sociais são assuntos que perpassam a formação para os direitos humanos e visam a transformação do ambiente e da vida das pessoas (GONZÁLEZ e CASTRO, 2015).

No Distrito Federal, a educação especial, no âmbito da formação integral do ser humano, atende de forma especializada estudantes com deficiências – intelectual, física, múltiplas, sensorial: auditiva, surdocegueira, visual – transtorno global de desenvolvimento, altas habilidades/superdotação. A

Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEEDF), amparada pela lei nº 3218/2003, mantém estruturas especializadas para o desenvolvimento de atividades educacionais básicas e complementares a esse público alvo.

Classes Comuns Inclusivas do Ensino Regular
Classes Especiais
Classes de Integração Inversa
Escola Pública Integral Bilíngue de Taguatinga
CEE – Centro de Ensino Especial
CEEDV – Centro de Ensino Especial de Deficiência Visual
CAP – Centro de Apoio Pedagógico para Atendimento às Pessoas com Deficiência Visual
CAS – Centro de Formação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez
Classes Hospitalares
Atendimento Domiciliar
Salas de Recursos: Generalistas e Sala de Recursos Específicas para Deficiência Auditiva, Deficiência Visual e Altas Habilidades/Superdotação
Serviços de Apoio: Itinerância; Intérprete e Guia-Intérprete
Programa de Educação Precoce
Instituições Conveniadas na área da Educação Especial: COMPP, AMPARE, APAED, ESPAÇO COM-VIVÊNCIAS, ANDE BRASIL, CER, PESTALOZZI, CEAL, dentre outras.

Tabela 1- Principais “lôcus” de atendimentos ofertados pela Educação Especial

3 METODOLOGIA

A pesquisa tem enfoque misto por coletar dados por questionário e integrar essas informações para realizar inferências (MENDOZA, 2000).

A abordagem da pesquisa é qualitativa, por ser o ambiente pesquisado, a fonte de dados (GODOY, 1995). O caráter da pesquisa é compreensivo/interpretativo, uma vez que as pessoas atribuíram valores a determinadas situações e o pesquisador interagiu com o que está sendo pesquisado. Ainda, o caráter compreensivo/interpretativo se caracteriza pela

subjetividade apresentada pelos participantes do estudo, linguagem informal e voz pessoal (NAIFF, 2010).

Os participantes da pesquisa são educadores que estão envolvidos com a educação especial dentro do ambiente pesquisado. Foram selecionados participantes educadores para a realização da pesquisa, com o objetivo de obter o esboço de uma proposta de aprimoramento/adequação da escola às necessidades das crianças em questão.

A pesquisa foi realizada na cidade Gama – DF, onde se localiza a escola a ser pesquisada. O local possui como missão “estruturar-se na intencionalidade da valorização do processo educativo como instrumento de humanização e de interação social, oportunizando uma educação de qualidade mediante um trabalho de parceria entre todos os segmentos da comunidade escolar, num processo cooperativo de formação de indivíduos plenos e aptos a construir a sua própria autonomia e cidadania para o bem comum”. A escola adere à modalidade de ensino fundamental de nove anos, contemplando as séries iniciais do ensino fundamental. A escola foi escolhida por acessibilidade e conveniência da pesquisadora.

4 AÇÕES INTERVENTIVAS

O presente trabalho foi construído com a observação do cenário escolar estudado, contemplando a sua estrutura física e quais profissionais atuam ali. Posteriormente, houve a seleção de profissionais desta instituição educacional para a coleta de dados. Foram realizadas perguntas, aos participantes do estudo, a respeito da inclusão de alunos especiais, considerando a realidade atual vivenciada na escola e observada no sistema educacional de modo mais amplo. A partir das informações obtidas e observadas as lacunas que o sistema educacional e a escola possuem em relação ao tema, buscou-se propostas para a melhoria dessa realidade. A intervenção, então, pautou-se no que os educadores destacaram como mudança necessária para a melhor prestação do serviço às crianças com necessidades especiais.

Em um primeiro momento, faz-se necessário um método que viabilize, de modo efetivo, o uso da sala de recursos da escola. O espaço existe, mas, de acordo com os entrevistados, não oferece o apoio necessário para os alunos e professores. Dessa forma, propõe-se uma escala para cada aluno utilizar a sala, em seu horário normal de aula, acompanhado de um monitor e do professor da sala de recursos, que irá preparar atividades e os materiais adequados para o estudante. Ainda, é relevante que haja na instituição educacional, pelo menos dois professores de sala de recursos. Assim, a demanda por atendimentos é suprida, mesmo na ausência de um dos professores, uma vez que, quando o único professor da sala de recursos se ausenta da escola, a sala em questão e seus materiais não são utilizados pelos alunos com necessidades especiais.

As ações de conscientização da sala de recursos, acerca da inclusão e da realidades dos alunos da escola, teriam espaço no planejamento mensal dos professores e estaria na rotina da escola. Ou seja, uma vez por mês, haveria um momento de conscientização - peças teatrais, palestras, rodas de conversa etc - para promover a inclusão e reflexões que se fizerem necessárias tanto com as pessoas que trabalham na escola, quanto com a comunidade escolar - pais/responsáveis e estudantes de todos os anos.

Propõe-se, ainda, a criação de um projeto que estimule a produção de material adequado para os alunos com necessidades especiais, dentro da escola. Essa produção envolveria não somente os profissionais de educação, mas também todas as crianças da escola. Além do estímulo à criatividade, haveria o exercício de estranhamento em se colocar no lugar de uma criança com necessidade especial e esta vivenciar as boas consequências dessa experiência.

Há a necessidade, também, de cursos de capacitação para professores da educação especial, antes do início das aulas, para que o profissional saiba lidar com o aluno com necessidade especial de maneira a construir conhecimento e desenvolver habilidades respeitando o grau de comprometimento do aluno. Ainda, um prévio treinamento e/ou curso de capacitação evita o sentimento de

surpresa e desorientação em relação às práticas pedagógicas com o aluno que o educador vier a receber.

Em relação à estrutura física da escola, entende-se que o Governo do Distrito Federal é o responsável pela reforma que se faz necessária. Sugere-se, então, um movimento da comunidade escolar - profissionais da escola e pais - para alertar aos dirigentes a urgência de reparos na estrutura predial e pressionar os mesmos em relação à celeridade desse processo.

5. ANÁLISE E DISCUSSÃO DO PROCESSO DE INTERVENÇÃO

A partir da leitura e análise das falas das pessoas entrevistadas e dos objetivos do trabalho, algumas categorias foram destacadas por se valerem de maior preocupação durante as falas dos mesmos. A primeira categoria analisada foi a falta de estrutura adequada para alunos com necessidades especiais. Nota-se que a prática pedagógica e a estrutura física são fatores que influenciam diretamente a qualidade do ensino oferecido

Para os professores entrevistados, a estrutura da escola não está adequada para receber alunos com necessidades especiais. Percebe-se a insatisfação dos profissionais em suas falas e como essas condições desfavoráveis influenciam negativamente na qualidade do trabalho que se tenta desenvolver com esses alunos. De acordo com uma professora, "a estrutura da escola é extremamente arcaica. Mesmo com toda a boa vontade de ter um lugar em que as crianças especiais tenham atendidas as suas necessidades, infelizmente a estrutura do prédio é muito antiga então deixa muito a desejar. A maioria das escolas não estão adequadas com rampas, calçadas em boas condições, corrimãos, banheiros adaptados, etc. E tudo isso compromete a qualidade do ensino, pois desmotiva pais professores e os próprios estudantes. Ainda, segundo outro profissional, " O parque, em questão física, não é de qualidade, tem uma quadra de esportes, não tem um ambiente que as crianças tenham momentos lúdicos, constantes.

O cenário relatado inviabiliza o que Morin (2003 *apud* Gerald, 2011) defende: a estrutura educacional precisa atuar além do acúmulo de conhecimento. Precisa-se buscar no aluno o desenvolvimento da criatividade, imaginação, iniciativa, capacidade de raciocinar.

O banheiro da escola é um dos espaços de maior insatisfação por parte dos professores: "A gente tem o banheiro especial, mas é um banheiro para aquela criança que já tem uma certa independência, então assim, se a gente receber uma criança que realmente necessita de um atendimento especial, a estrutura da escola não permite". Outro entrevistado confirma, dizendo que "a estrutura é caótica. Tirando o fato de ter um banheiro para os alunos com necessidades especiais, algumas rampas, mas não tem nada em relação a questão dos cegos". As rampas também são motivo de preocupação, de acordo com a fala dos professores: "A maioria das escolas não estão adequadas com rampas, calçadas em boas condições, corrimãos, banheiros adaptados, etc. E tudo isso compromete a qualidade do ensino, pois desmotiva pais professores e os próprios estudantes. As escolas ainda têm estruturas muito precárias, não estão preparadas para a educação especial. São calçadas irregulares, rampas mal feitas ou mesmos inexistentes, ausência de corrimãos e banheiros adaptados, bebedouros adequados para cadeirantes etc."

Uma escola acolhedora de diferenças colabora contra a exclusão social. Incluir alunos nas atividades escolares e ter estrutura adequada para tanto, permite aos estudantes tornarem-se ativos na vida social (BARROS, 2015).

Para Barreto; Reis (2011), respeitar as diferenças de cada um, dentro do espaço escolar, é considerar a individualidade e competências do indivíduo. Entretanto, com uma estrutura inadequada, a criança desse contexto pode apresentar dificuldades na sua escolarização e seu processo educacional pode ficar comprometido.

A falta de material específico para o ensino especial é a segunda categoria identificada. Observou-se a falta de estímulo e o descontentamento entre os professores no que diz respeito à sala de recursos da escola e o não cumprimento da sua função e uso na totalidade, o que inclui os materiais ali

existentes, quando se faz necessária para dar suporte aos professores e alunos com necessidades especiais. Para um professor, "Muitas vezes a sala de recursos não funciona. Está lá, é uma possibilidade ótima para a criança que tem a necessidade a ser atendida, mas muitas vezes essa sala de recursos fica ali no físico e na teoria, mas de fato não ajuda a criança como deveria."

Ainda, "Os materiais deveriam ser à mão do professor mesmo e costuma haver uma burocratização para ter o acesso de material para trabalhar com esses meninos". Outro conclui, dizendo que "As dificuldades existentes são em relação a obtenção de materiais que atendam às necessidades de cada aluno. Muitos professores também não estão preparados para o ensino especial, o que acaba dificultando o desenvolvimento do aluno ou mesmo da turma onde o estudante está inserido." O artigo 59 da LDBEN garante o ensino aos alunos com necessidades especiais considerando currículos, métodos e recursos - o que inclui os materiais - específicos para atender às necessidades. O poder público é o responsável por adotar as medidas inclusivas para o sistema educacional brasileiro. Percebe-se que a escola não cumpre de modo efetivo essa determinação legal, comprometendo, na qualidade do ensino oferecido aos alunos com necessidades especiais.

O desafio de atender a todos, com o mínimo de respeito às suas diferenças e particularidades, é refletido na ideia de Barreto e Reis (2011), a qual considera que a pauta de inclusão alicerça a formulação e prática de políticas públicas, permitindo a todos o desafio de entender a educação não somente como uma pasta que reconheça as diferenças, mas também, que se faça valer dos princípios dos direitos humanos. O tímido amparo legal existente e de conhecimento da comunidade escolar precisa ser respeitado para a garantia de que outras ferramentas legais sejam bem sucedidas em suas aplicações práticas e reflitam de forma positiva na educação dos alunos com necessidades especiais. A Declaração Universal dos Direitos Humanos amplia o pensamento e fortalece o combate à discriminação. Apesar do caráter global, tal documento precisa de mais divulgação âmbito escolar, para uma conscientização de todos, desde a escola até a vida em comunidade. Assim,

materiais básicos e inerentes ao processo educacional não seriam um impasse aos profissionais e estudantes do ensino especial.

Por fim, tem-se a falta de capacitação profissional. Observa-se nas falas, que há mais boa vontade na prática pedagógica do professor do que formação adequada para lidar com o aluno com necessidade especial. " Eu vejo profissionais (professores, monitores, profissional de sala de Recursos) cheios de boa vontade" afirma uma professora. Observa-se que a boa vontade prevalece em relação à formação e o professor aprende a lidar com o aluno com necessidade especial na prática, sem um prévio treinamento: "Primeiro que nós, profissionais da educação, não recebemos o treinamento adequado para lidar com essas crianças. Muitas vezes a gente vai aprender a lidar com eles quando a gente recebe eles nas nossas salas."

"Penso que a prática pedagógica acontece desde o planejamento, desde a chuva de ideias que o professor pensa como vai ministrar aquela aula, como vai atingir os alunos até o momento da aplicabilidade em si, aplicação do plano, colocação do plano em prática." Para Pacievitch (2015), a inclusão de pessoas com necessidades especiais no meio social, permite a elas tornar-se ativos participantes da vida social, exercendo seus direitos como cidadão. Entretanto, a prática escolar não está em acordo com tal fala, conforme desabafa a professora: "Na semana anterior à semana da criança, a gente teve a semana da inclusão teve toda uma atividade com conscientização da turma. Na outra semana teve uma gincana para comemorar o dia da criança e nenhuma atividade incluiu as crianças especiais, as crianças que necessitam de um atendimento diferenciado". A professora conclui que "a questão da prática pedagógica para facilitar a acessibilidade, para que essas crianças tenham acesso, acaba que fica muito na teoria e na prática o profissional se esquece, como aconteceu na escola".

A prática pedagógica atual não facilita a acessibilidade. Geraldês (2011), destaca que as ações voltadas para o cenário educacional - políticas educacional, formação contínua dos professores, conteúdos programáticos - atuam favorecendo um padrão homogêneo. Figueiredo *apud* Barreto; Reis (2011) confirma essa afirmação. Para o autor, a instituição educacional é

produtora de igualdades, destacando a homogeneidade e excluindo os diferentes. O professor não inclui o aluno na prática, e em alguns casos, a família também não participa desse processo, conforme a fala do professor: "Quando a família é participativa e quando há uma monitoria na sala para dar apoio no sentido de favorecer a individualização no atendimento do aluno... Ou por outro lado a família não acredita mesmo e acha que está levando o aluno só para ele estar indo para a escola e que aquilo ali não vai adiantar nada". O discurso teórico e sua prática, então, apresentam uma lacuna, que tende a aumentar, haja vista o aumento do número de matriculados e a duração da escolarização contrapondo-se à lenta mudança de consciência/atitude presenciada nas falas dos participantes do estudo.

5.1 Direitos humanos e inclusão

O Manifesto (1932) traz a reflexão da educação como ferramenta de mudança de paradigma, que se presta a atender interesses individuais baseada na ideia de vinculação social. A disciplina, solidariedade e cooperação, então, ultrapassaria o cenário de interesses e atenderia todas as demandas educacionais. Percebe-se na fala de uma professora, o anseio por tornar realidade o uso dessa ferramenta: "Eu penso que a inclusão é algo muito amplo porque no fundo todos nós precisamos ser incluídos, mas levando para essa questão das crianças e pessoas com necessidades especiais, é a possibilidade dessas crianças terem o direito ao acesso a educação e a escola propiciar esse acesso". Outro participante demonstra esperança, apesar do cenário atual em que trabalha: "Acredito na inclusão! Mas com estrutura física do ambiente, com recursos humanos e materiais, com treinamento e formação de pessoal". Essas falas contradizem as expectativas do Ministério da Educação (2007), quando afirma em documento que a instituição de ensino, para a finalidade da inclusão, precisa estar em acordo com os parâmetros de ética, cidadania e democracia que alicerçam os debates inclusivos.

Para Ferreira (2006), a história dos direitos humanos ainda é vivenciada atualmente, de forma desigual por grupos sociais e pessoas distintas. A luta por direitos igualitários no convívio social continua. Percebe-se que, em alguns

momentos, as crianças são aptas a praticarem tal fala, confirme expressa uma professora: "Eu sempre oriento os meus alunos a fazerem fila, colocando os alunos com necessidades especiais na frente, porque no dia a dia será assim, eles tem prioridade. As crianças tem que assimilar isso. A pessoa com deficiência tem que ter prioridade nas coisas, na sociedade e a escola não tem trabalhado bem essa questão, na semana da inclusão ainda se faz alguma ênfase, mas depois disso, passa batido." O artigo 7º da Declaração dos Direitos Humanos assegura à todos, tratamento baseado na ética e no respeito às diferenças, o qual tem a participação social pautada no pleno exercício da cidadania. A fila, na situação relatada acima, revela-se como uma pequena iniciativa, que pode, ao longo do ano escolar, promover mudanças de comportamento e pensamento em todos os alunos que vivem essa realidade, além dos profissionais ali atuantes.

6. COMENTÁRIOS FINAIS

A inclusão de crianças com necessidades especiais nas escolas públicas do Distrito Federal é uma realidade. A procura por vagas em escolas de ensino especial e escolas inclusivas aumenta a cada ano. No entanto, o aumento no número de escolas e de profissionais para atuarem nesse segmento não cresce na mesma proporção. O tema está ganhando mais espaço em debates e reflexões no cenário educacional. No entanto, existe a urgência em concretizar a temática e conscientizar a sociedade de forma geral, mas principalmente, famílias e profissionais da comunidade escolar.

A escola, em que foi realizada a pesquisa, possui alunos com necessidades especiais que estudam em classe inclusiva. Os professores desses alunos não recebem um prévio treinamento adequado para oferecer uma aula de acordo com a necessidade especial da criança, nem materiais para otimizar a prática pedagógica.

O presente trabalho teve como objetivo descrever e analisar os desafios e problemas estruturais físicos e pedagógicos que necessitam de soluções para o eficaz atendimento da em uma escola pública do DF aos alunos com

necessidades especiais. Com base na literatura, a partir das perguntas realizadas, foi possível identificar os principais problemas quanto à adequação do espaço físico e o que precisa de mudanças em curto prazo. Ainda, foi analisada a influência da estrutura física e da prática pedagógica na qualidade do ensino.

Após análise das respostas, acerca da prática pedagógica, observa-se o engessamento do discurso de diversidade e a tendência, de forma geral, por uma educação retilínea, ou seja, visam a diversidade mas atuam em um padrão homogêneo.

Os professores entrevistados sugerem melhor formação profissional, considerando cursos de capacitação, para ministrarem aulas em suas classes inclusivas. À Secretaria de Estado de Educação do DF, preparar campanhas e curso de conscientização e formação dos profissionais que trabalham com a educação especial, além de oferecer melhores condições de trabalho - estrutura física adaptada, materiais adequados e voltados para o ensino especial - para que os trabalhos com esses alunos possam ser desenvolvidos de acordo com a temporalidade de cada um.

Acredita-se que a pesquisa realizada revela-se de grande importância para os profissionais de educação, tanto os que são responsáveis pelos cursos de formação e capacitação profissional, quanto para aqueles que atuam diretamente com alunos na educação especial, além de gestores e a comunidade escolar de forma geral. As categorias observadas na pesquisa e propostas de intervenção podem servir como ferramenta a fim de modificar os pontos falhos observados pelos professores e incrementar aqueles vistos de modo positivo.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, Jussara. 2015. **Brasil Escola. Inclusão Social**. Disponível em: <http://www.brasilecola.com/educacao/inclusao-social.htm> Acessado em 18 de abril de 2015.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/96**. Brasília: 1996.

BRASIL, Lei nº 3218/2003. Disponível em: <http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br;distrito.federal:distrital:lei:2003-11-05;3218>. Acessado em 18 de abril de 2015.

BRASÍLIA, Secretaria de Estado de Educação. **Currículo em Movimento da Educação Básica: pressupostos teóricos**. Brasília DF: Governo do Distrito Federal: SEE. 2014.

BRASÍLIA. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. **Educação Especial**. Disponível em: <http://www.se.df.gov.br/component/content/article/255-educacao-no-df/266-educacao-especial.html> Acesso em 12 de maio 2015.

BRASÍLIA. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. **Educação Especial, Orientação Pedagógica**. Disponível em: http://www.cre.se.df.gov.br/ascom/documentos/subeb/ed_especial/orient_pedagog_ed_especial2010.pdf acesso em 12 de maio de 2015.

Declaração de Salamanca sobre Princípios. Política e Prática em Educação Especial. Brasília. 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em 25 de outubro de 2015.

FERREIRA, J. R. **Educação Especial, inclusão e política educacional: notas brasileiras**. In: *Inclusão e Educação – Doze olhares Sobre a Educação Inclusiva*. David Rodrigues (org.). São Paulo: Editora Summus, 2006.

GERALDES, M. A. F; ROGGERO, R. **Educação e diversidade: demandas do capitalismo contemporâneo**. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 32, n. 115, p. 471-487, Junho 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302011000200013&lng=en&nrm=iso. Acesso em 14 de abril de 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302011000200013>

GODOY, A. S. Introdução à Pesquisa Qualitativa e suas Possibilidades. **RAE**, São Paulo, v. 35. N.2, p. 57-63 mar./abr. 1995.

GOMES, N. L. **Desigualdades e diversidade na educação.** **Educ. Soc.**, Campinas , v. 33, n. 120, p. 687-693, Sept. 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302012000300002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 de abril de 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302012000300002>

GONZÁLEZ, Á. M. B; CASTRO, E. A. **Direitos Humanos, Cultura Da Paz E Currículo.** 2015. Brasília: Instituto de Psicologia In: *Plataforma Aprender - Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Educação em e para os Direitos Humanos no Contexto da Diversidade Cultural.* (Módulo 9). Brasília: Instituto de Psicologia/Universidade de Brasília, 2015. Disponível em: <http://aprender.ead.unb.br/course/view.php?id=1153>. Acesso em: 05 de agosto/2015.

KASSAR, M. C. M. Educação especial no Brasil: **desigualdades e desafios no reconhecimento da diversidade.****Educ. Soc.**, Campinas , v. 33, n. 120, p. 833-849, Sept. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302012000300010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 de abril de 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302012000300010>.

MACIEL, M. R. C. Portadores de deficiência: a questão da inclusão social. **São Paulo Perspec.**, São Paulo , v. 14, n. 2, p. 51-56, Junho 2000 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392000000200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 de abril de 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392000000200008>.

MANIFESTO dos Pioneiros da Educação Nova (1932). Revista do HISTEDBR On-line. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/22e/doc1_22e.pdf>. Acesso em: outubro 2015.

MAZZOTA, M. J. S. **Trabalho Docente e Formação de Professores de Educação Especial.** São Paulo: EPU, 1993.

MENDONZA, H. J. G. **Métodos qualitativos e quantitativos da Pesquisa.** Universidade Federal de Roraima, RR, 2000.

Ministério da Educação. Inclusão e Exclusão Social. 2007. Disponível em: http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=13&cad=rja&uact=8&ved=0CIMBEBYwDA&url=http%3A%2F%2Fportal.mec.gov.br%2Findex.php%3Foption%3Dcom_docman%26task%3Ddoc_download%26gid%3D2181%26Itemid%3D&ei=ssoyVcfXK-

_LsATbw4DYDw&usg=AFQjCNEaxlcQ52nulQdlyJzXpdZeqPA0qQ&bvm=bv.91071109,d.cWc

NAIFF, D. **Abordagem Qualitativa**. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, RJ, 2010.

NASCIMENTO, W. F. DELMONDEZ, P. .2015. **Diversidade Cultural E Da Desigualdade**. Universidade de Brasília. In: *Plataforma Aprender - Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Educação em e para os Direitos Humanos no Contexto da Diversidade Cultural*. (Módulo 2). Brasília: Instituto de Psicologia/Universidade de Brasília, 2015. Disponível em:<http://aprender.ead.unb.br/course/view.php?id=1153>. Acesso em: 25 de outubro de 2015.

PACIEVITCH, T. **Inclusão Social**. 2015. Disponível em <http://www.infoescola.com/sociologia/inclusao-social/> Acesso em: 18 de abril de 2015

PISTÓIA, L. C. **Diversidade e Currículo**. Disponível em: http://www.pead.faced.ufrgs.br/sites/publico/eixo6/necessidades_especiais/diversidadeecurriculo.pdf. Acesso em: 23 de novembro 2014.

SANCHES, I. Colóquio Internacional: Diversidade, Equidade e Inclusão Construindo um outro paradigma de escola. **Rev. Lusófona de Educação**, Lisboa , n. 14, 2009 . Disponível em http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-72502009000200015&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 18 de abril de 2015.

UNESCO, **Inclusão social no Brasil**. 2015. <http://www.unesco.org/new/pt/brasilia/social-and-human-sciences/social-inclusion/> Acesso em: 18 de abril de 2015.

8. APÊNDICES

Apêndice A – Roteiro de entrevista

Caro(a) Colaborador(a),

A proposta desta entrevista é analisar os desafios e problemas estruturais físicos e pedagógicos que necessitam de soluções para o eficaz atendimento em uma escola pública de ensino do DF, aos alunos com necessidades especiais.

Considerando a importância do sigilo, seu nome não será identificado nesta entrevista.

- 1- Como se dá a prática pedagógica, no contexto da educação especial?
- 2- Quais as dificuldades existentes para essa prática?
- 3- Em relação a acessibilidade, o que precisa ser feito para melhorar a qualidade do ensino?
- 4- O que você acha da estrutura da escola, para receber alunos com necessidades especiais?
- 5- Para você, o que é e como ocorre a inclusão?
- 6- O que acha do atendimento da escola?
- 7- Você acha a escola acessível às crianças?